



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MEMÓRIAS DO Regime de 1964 de Alunos do Núcleo de Pesquisas e  
Ações da Terceira Idade/ Universidade Federal de Sergipe (1964-2014)**

Artigo apresentado por Cleane Andrade Santos, à disciplina Prática de Pesquisa, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Costa Cardoso, como requisito parcial para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe.

Universidade Federal de Sergipe  
São Cristóvão - SE  
Fevereiro de 2015

*... A história não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daqueles que lhes narra as vidas (Chartier, 1996).*

## SUMÁRIO

<b>I- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>II- HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS DO NUPATI- UFS.....</b>	<b>07</b>
<b>III- COTIDIANO DO REGIME DE 1964 NAS MEMÓRIAS DE IDOSOS.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1- FAMÍLIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3.2- EDUCAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>3.3-LAZER.....</b>	<b>22</b>
<b>3.4- PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>24</b>
<b>IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>V-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>27</b>

# **TÍTULO: MEMÓRIAS DO Regime de 1964 de Alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade/ Universidade Federal de Sergipe (1964-2014)**

Cleane Andrade Santos\*

## **RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo primordial analisar as memórias do regime de 1964 em Aracaju/Sergipe, a partir de depoimentos de alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI/UFS). Nesse estudo trabalhou-se com a metodologia da história oral, visto que, a mesma possibilitou não somente a recuperação das memórias sobre o período estudado, mas principalmente por permitir que fosse analisada a subjetividade humana na experiência histórica. Portanto, para essa pesquisa foram realizadas quatro entrevistas temáticas, nas quais se buscou resgatar as experiências vividas por estes idosos. Assim como, procurou-se compreender o cotidiano dos mesmos durante o regime militar (1964-1985), para isso, foram realizadas perguntas que versaram sobre alguns temas: família, educação, lazer e participação política. Como também, procurou-se perceber se esses alunos tiveram algum envolvimento em movimentos favoráveis ou de oposição ao regime. Os depoimentos dos alunos do NUPATI contribuíram não só para conhecermos mais sobre esse período, mas principalmente por proporcionar o olhar daqueles que vivenciaram e participaram desse momento na cidade de Aracaju.

Palavras-chave: Memória, Regime de 1964, NUPATI-UFS, História Oral

## **ABSTRACT:**

This article has the primary objective to analyze the 1964 regime of memories in Aracaju / Sergipe, from for student's testimonials Research and Action of the Third Age (NUPATI / UFS). In this study we worked with the methodology of oral history, since it led not only to recover the memories of the study period, but especially for allowing it to be analyzed human subjectivity on historical experience. So for this research was carried out four thematic interviews, in which we attempted to rescue the experiences of these seniors. Like, we tried to understand the daily life of the same during the military regime (1964-1985), for this, questions were asked that were about some themes: family, education, leisure and political participation. As well, we tried to understand if these students had some involvement in favorable movements or opposition to the regime. The statements of NUPATI's students have not only known more about this period, but mainly provide the look of those who enjoyed and participated in this moment in Aracaju city.

Keywords: Memory, Regime 1964 NUPATI-UFS, Oral History

---

\* Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Célia Costa Cardoso, referente ao segundo semestre de 2014.

## I-INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa as memórias do Regime de 1964 na cidade de Aracaju/Sergipe, a partir de depoimentos de alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade/Universidade Federal de Sergipe, matriculados em 2014.

Com a instauração do Regime de 1964, a cidade de Aracaju passou a viver sob a égide do Estado Autoritário instaurado em abril de 1964. Este será marcado pelo autoritarismo, repressão e perseguição contra homens e mulheres considerados “subversivos” e inimigos da nova ordem. Entretanto, as ações repressivas dos militares no Estado de Sergipe, não se limitaram somente as lideranças sindicais, jornalistas, operários, trabalhadores rurais, mas atingiram vários setores da sociedade<sup>1</sup>.

Sobretudo, com a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) essas ações se intensificaram. Os militares passaram não só a interferir nas redes de ensino público, como também nas universidades. Em nome da “segurança nacional”<sup>2</sup> o regime passou a fiscalizar o dia a dia da população aracajuana. Alguns homens e mulheres perderam não só seus direitos civis como também seus sonhos e esperanças.

Portanto, para conhecer as visões, experiências e memórias trazidas por aqueles que vivenciaram o regime de 1964, entrevistou-se os alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI), que vivenciaram e participaram desse momento. Suas histórias ajudaram a recompor esse período.

Devido à falta de trabalhos sobre as memórias daqueles que vivenciaram a ditadura na cidade de Aracaju, optou-se em nossa pesquisa analisar fontes orais. Sendo assim, os depoimentos dos alunos do NUPATI tornaram-se importantes fontes históricas para estudarmos e conhecermos mais sobre o regime.

O Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI) foi oficialmente implantado na Universidade Federal de Sergipe no dia 10 de setembro de 1998, através da

---

<sup>1</sup> DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>2</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 15-42.

portaria nº 748/GR, com a finalidade de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da gerontologia, sob a coordenação da Professora Dra. Noêmia Lima Silva do Departamento de Serviço Social/UFS.

O NUPATI desenvolve diversas ações direcionadas a pessoa idosa, como cursos de extensão, canto coral, teatro, informática básica, entre outros. O Núcleo é vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFS, que tem como objetivo promover a aproximação, a integração e a parceria entre o meio acadêmico e a comunidade.

Partindo desse princípio, o NUPATI criou o projeto Universidade Aberta à Terceira Idade de Sergipe (UNATISE) no dia 19 de dezembro de 2002, através da portaria nº 906 da Universidade Federal de Sergipe. Com o objetivo de proporcionar a inclusão das pessoas da terceira idade na Universidade Pública, estimulando suas atividades intelectuais, culturais e artísticas, promovendo a valorização do idoso na comunidade como cidadão (Projeto UNATISE: 2002).

Essa pesquisa tem como fonte principal a realização de entrevistas com os estudantes do NUPATI. Na qual busca-se compreender o cotidiano desses alunos e de suas famílias na cidade de Aracaju/Sergipe. Foram realizadas quatro entrevistas temáticas com base em um roteiro geral. No qual, as perguntas versaram sobre os seguintes temas: família, escola, lazer e participação política.

Além desses temas também foram analisados nessas entrevistas como esses idosos compreendiam o regime de 1964 e se tinham ou não o conhecimento político sobre o que estava acontecendo em Sergipe. E por fim, investigou-se se eles começaram a participar da política somente quando teve algum parente ou amigo envolvido nas perseguições.

Como o Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade contou no ano de 2014, com mais de 75 estudantes matriculados, usamos três critérios para seleção dos entrevistados, o primeiro foi que o idoso estivesse matriculado na Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATISE), no período de 2014; 2. O segundo critério utilizado foi que o aluno precisava ter idade igual ou acima de 60 anos. E por último, que os mesmos tivessem vivido durante todo o período da ditadura civil-militar na cidade de Aracaju/Sergipe.

## II- HISTÓRIA E MEMÓRIA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO NUPATI-UFS

A Memória pode ser traduzida como as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes aos fatos vividos no passado<sup>3</sup>.

A memória também pode ser definida como “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva” como sugeriu Maurice Halbwachs”<sup>4</sup>.

Sendo assim, as memórias dos alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI) tornam-se importantes fontes históricas, para que se conheçam alguns aspectos do cotidiano através de suas percepções sobre família, educação, lazer e participação política.

Como também permitem recompor tal momento, a partir do olhar daqueles que vivenciaram e participaram desse período sombrio da história brasileira. Em suma, os depoimentos orais dos estudantes do NUPATI ao serem transcritos como documento histórico, permitiram aproximar o passado estudado para perto do fazer histórico do historiador<sup>5</sup>.

Todavia, Memória e História por muito tempo mantiveram uma relação ora harmoniosa e ora conflituosa. Na Grécia Antiga, por exemplo, a História tinha a importante função de guardiã da memória oficial e coletiva<sup>6</sup>. Entretanto, a partir de meados do século XVIII, essa filiação memória-história passou a ser questionada pelos historiadores os quais

---

<sup>3</sup> LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, Rememoração em Maurice Halbwachs. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>, acesso em 22. Nov. 2014.

<sup>4</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M.R. & Delgado, Lucília de A. Neves (orgs). **História oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006.

<sup>6</sup> AYMARD, Maurice. **História e Memória: Construção, Desconstrução e Reconstrução**. In: Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 153, abril-junho de 2003.

passaram a considerar a memória como uma fonte dúbia para a verificação dos fatos históricos<sup>7</sup>.

Nessa busca por uma história cientificista, fundamentada em documentos escritos como verdadeiras fontes históricas, a memória foi perdendo gradativamente espaço nas narrativas historiográficas até em meados do século XX. De acordo com Jacques Le Goff, a ideia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita levava os historiadores a privilegiar o documento escrito<sup>8</sup>.

Contudo, a partir do século XX, a memória voltou a fazer parte das discussões historiográficas contemporâneas. Conforme apresenta Fernando Sá, “somente a partir de meados do século XX que a memória emergiu, com vigor, na cena da discussão historiográfica contemporânea”. Ainda de acordo com esse historiador, a emergência da memória se dará a partir de três momentos: primeiro, no contexto da Segunda Guerra Mundial através da história oral, que objetivava o registro e análise dos testemunhos orais acerca do passado; Segundo, a partir dos anos 70 e, especialmente, nos anos 80, estabelece-se uma nova relação entre a história e a memória, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas e a memória e o esquecimento como fenômenos políticos. Por último, em meados do século XX, irrompe a história do presente, obrigando a rever o pressuposto da ruptura com o passado como garantia de um conhecimento objetivo<sup>9</sup>.

Contudo, essa teoria de que a memória não poderia ser utilizada pelos historiadores como uma fonte histórica confiável e caiu por terra com a criação do movimento dos Annales, por Marc Block e Lucien Febvre (1920), isso, por que, esses teóricos passaram a estudar novos temas que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história.

Logo, os historiadores passaram a contar com um conjunto cada vez mais variado de fontes, sejam elas escritas ou orais, para sua pesquisa histórica. De acordo com os Annales, os historiadores precisavam olhar sobre o documento histórico como um “vestígio” do passado, e não como um testemunho da verdade, “positivo”, sobre este passado<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Combates entre história e memórias**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, 2005.

<sup>8</sup> Le Goff, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>9</sup> SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Op.cit.* 26

<sup>10</sup> ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M.R. & Delgado, Lucília de A. Neves (orgs). **História oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006.



Portanto, a partir dessa nova forma de olhar para o documento histórico, os historiadores passaram a contar com um acervo cada vez mais variado de fontes para sua pesquisa. Fontes como os depoimentos orais, que até então eram desprezados por esses historiadores tradicionais. “O conceito de fonte se ampliou e a ideia de que elas foram produzidas ao longo do tempo se completa com a aceitação de que o historiador constrói também a suas fontes”<sup>11</sup>:

O depoimento oral percebido enquanto fonte histórica acrescenta às fontes tradicionais e aos fatos, minimamente comprovados, versões diferenciadas acerca de uma determinada prática social ou de um acontecimento, não significando uma exaltação biográfica e sim uma construção histórica<sup>12</sup>.

Principalmente a partir da década de 1960 e 1980, com o advento da história oral moderna. Esta que começa a ser desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial devido a três fatores: a atmosfera democrática mais favorável às discussões sobre a história da humanidade, a revolução tecnológica e industrial que tem acompanhado esta democratização da humanidade, e em consequências dos acontecimentos mencionados, a utilização desta nova tecnologia a serviço de uma história social mais democrática<sup>13</sup>.

Segundo Peter Burke, “o período após a década de 1960 possibilitou que os historiadores se deparassem “com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história”, isto é, “que não se havia pensado que sofressem alterações no tempo e no espaço”. Como exemplo destes tópicos cita “a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a fala e até mesmo o silêncio”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M.R. & Delgado, Lucília de A. Neves (orgs). **História oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006.

<sup>12</sup>Idem, p. 16

<sup>13</sup> CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica in *Fragmenta*. Aracaju: UNIT, 2005.

<sup>14</sup> ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M.R. & Delgado, Lucília de A. Neves (orgs). **História oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006.

Conforme Burke, a “nova história” “começou a se interessar por virtualmente toda a história humana” trazendo para dentro do fazer histórico o sujeito vivo<sup>15</sup>. Por isso, que nesse estudo deu-se voz a esses sujeitos históricos que dificilmente teria espaço em outras narrativas ou teriam suas histórias reveladas.

O trabalho com fontes orais possibilitou trazer à História, tanto como sujeitos e/ou testemunhos aqueles que, de certa forma, foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito à memória, comum no paradigma tradicional ou marxista<sup>16</sup>.

Nesta pesquisa nos propomos analisar os depoimentos de homens e mulheres comuns que vivenciaram um dos momentos mais sombrios da história do nosso país, conhecido historicamente como Ditadura Civil-Militar, de 1964 a 1985. No entanto, não podemos esquecer que estudar as memórias desse período é estudar uma história de feridas abertas pela memória<sup>17</sup>. Principalmente no Brasil, que de acordo com historiador Daniel Aarão Reis pós a redemocratização estaria se construindo uma memória que apaga o apoio dado pela sociedade à ditadura militar<sup>18</sup>.

Esta reação da sociedade brasileira, identificada pelo historiador Daniel Reis, também pode ser explicada pela análise de Michel Pollack, o qual observou que países que viveram profundas guerras e violência têm construído uma memória que busca o esquecimento e o silêncio. Todavia, o historiador tem a incumbência de estudar como essas memórias tem sido construída ao longo desses 50 anos.

Desta forma, esta pesquisa tem como principal objetivo analisar as memórias do Regime de 1964 na cidade de Aracaju/Sergipe, a partir dos depoimentos de alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI/UFS). Busca-se, assim, compreender quais as memórias construídas por esses alunos que vivenciaram os 21 anos da ditadura civil-

---

<sup>15</sup> ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M.R. & Delgado, Lucília de A. Neves (orgs). **História oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006.

<sup>16</sup> SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de historiador-etnográfico. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>. Acesso 26 de nov. de 2014.

<sup>17</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

<sup>18</sup> ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M.R. & Delgado, Lucília de A. Neves (orgs). **História oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006.

militar, assim como também quais as visões e experiências vividas por eles durante esse momento de mudanças tanto no âmbito político, econômico e social do nosso país.

Todas as entrevistas foram filmadas na sala do Centro Acadêmico da Maturidade (CAM), localizada no prédio da didática III (três) da Universidade Federal de Sergipe. O local para realização das entrevistas foi concedido pelo presidente do CAM e aluno do NUPATI, Sr. Antônio Alves Moura. As entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2014 e janeiro de 2015. Cada entrevista teve a duração aproximadamente de 1 hora. As filmagens foram realizadas pela graduanda em História (UFS) Cleane Andrade Santos e o graduando em História (UFS) Stefano Menezes da Silva.

Foram realizadas entrevistas temáticas, nas quais as perguntas foram direcionadas as experiências e o cotidiano desses alunos na cidade de Aracaju/Sergipe durante o período do regime militar (1964-1985). As perguntas foram norteadas por um roteiro geral e separadas por determinada experiência da vida do entrevistado, a saber: experiências familiar, escolar, cultural e participação política.

Nas primeiras perguntas sobre as experiências familiares dos entrevistados procura-se analisar a renda familiar, quantidade de pessoas que compunham cada família, os números de trabalhadores e o grupo social (classe média, trabalhadora, elite) que essas pessoas se encaixariam.

Objetiva-se também na pesquisa analisar a política educacional dos militares e como alunos e professores compreendiam o regime militar, solicitou-se a eles que falassem sobre seu dia a dia na instituição escolar. Assim como, a sua convivência com os demais colegas e professores. Procurou-se também investigar como os professores se posicionavam a respeito do regime e se existia nessas escolas algum grupo tanto de apoio como opositor ao militares.

No tocante aos aspectos culturais, buscou-se compreender o cotidiano dos alunos do núcleo na cidade de Aracaju-Sergipe, ou seja, principais lugares que frequentavam, como por exemplo: bailes, cinema e teatro. Como também os principais programas de TV e Rádio que eles gostavam de ver e ouvir. E por fim, quais os livros que eles tinham acesso durante o regime.

Por fim, analisaram-se alguns aspectos políticos da cidade de Aracaju, sendo assim pediu-se, para que os entrevistados falassem sobre a repercussão do golpe civil-militar, sobre

a prisão do então governador de Sergipe João Seixas Dória. Outrossim, como se deram as ações dos militares no estado. E por último, a repercussão do ato institucional nº 5 em Sergipe.

### **III-COTIDIANO DO REGIME DE 1964 NAS MEMÓRIAS DE IDOSOS**

Inicialmente nessa parte, antes de analisarmos alguns aspectos do cotidiano do Regime de 1964 na cidade de Aracaju/Sergipe, através das memórias de alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI), faremos uma breve contextualização do golpe civil-militar de 1964 no cenário nacional.

O golpe civil-militar que se sucedeu no dia 1º de abril de 1964 foi decorrente de uma série de crises política que o Brasil vinha enfrentando, desde a deposição de Getúlio Vargas em 1945, resultando na deposição de João Goulart em 31 de março de 1964.

O Brasil mergulhava cada vez mais em uma profunda crise, tanto no âmbito econômico como social proveniente da instabilidade política que se instaurou no país. De acordo com o historiador Hélio Silva “nesse espaço de tempo, somente dois presidentes concluíram seus mandatos, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira, porém, ambos encerraram seus governos com espetaculares derrotas no âmbito políticas e eleitorais”<sup>19</sup>. Contudo, a crise institucional agravou-se ainda mais com a renúncia de Jânio Quadros e com a crise Parlamentar. Com “a renúncia de Jânio coube ao Congresso, substituir o renunciante pelo Vice-Presidente João Goulart”.

Todavia, João Goulart assumiu a presidência com a pesada herança deixada pelo governo de Jânio Quadros, a de restabelecer a ordem no país, que atravessava por uma intensa crise econômico-financeira, constantes crises político-institucionais, crise do sistema partidário e uma ampla mobilização política dos setores militares e empresariais. Sendo assim, Goulart tornou-se presidente da República sob a gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, como podemos ver no trecho logo abaixo:

---

<sup>19</sup> Silva, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?**. Rio Grande do Sul: L &PM Editores, 1978.

Apoiado pelos setores empresariais, e os setores políticos nacionalistas e conservadores, o presidente Goulart, tinha uma importante e desafiadora missão, a de superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas<sup>20</sup>.

Portanto, na tentativa de conter a crise institucional que já estava estabelecida em todos os setores administrativos do governo, o Presidente Goulart criou o Plano Trienal<sup>21</sup>, que procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse o país a retomar as taxas de crescimento semelhante às do final dos anos 50.

Todavia, o plano fracassou, ocasionando uma inflação sem crescimento no país. Com o fracasso do plano trienal, Goulart intensificou ainda mais a campanha das reformas de bases, mas não teve êxito. Com o insucesso das reformas de bases e com o aumento acelerado da crise institucional e com as profundas mobilizações operárias, estudantis e camponesas, teremos, portanto, novamente a intervenção militar no cenário político brasileiro<sup>22</sup>.

Falar da interferência dos militares na política brasileira, para Nilson Borges (2012) não é nada novo, isto por que, de acordo com o historiador a entrada dos militares no processo político brasileiro não se deu apenas em 1964, mas como a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes<sup>23</sup>.

Sendo assim, veremos à atuação dos militares em 1889, com a proclamação da República, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fosenca, Floriano Peixoto e a mocidade militar, liderada por Benjamin Constant, e em 1930, com a derrubada da República Oligárquica, que permitiu a instauração da ditadura do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Como também no processo de estabelecimento do regime democrático, que vigou de 1945 a 1964.

Entretanto, antes do golpe civil-militar de 1964, os militares somente exerciam “o poder moderador”, isto é, restabelecia a ordem institucional e depois passava a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo desta forma a função arbitral-tutelar.

---

<sup>20</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002). Acesso 26 de nov. 2014.

<sup>21</sup> O Plano Trienal foi formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento no governo de Goulart.

<sup>22</sup> FERREIRA, JORGE. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila Neves (org). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1964 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>23</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 15-42.

Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, isto é, com a ameaça ou em meio a uma crise institucional, os militares deixavam os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida, transferir o poder aos civis<sup>24</sup>.

Mas com o golpe de 1964 o cenário mudou as Forças Armadas, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, deixaram de cumprir a função de poder moderador e passaram a exercer uma multiplicidade de funções políticas e administrativas no governo. Sob a proteção da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra) assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos<sup>25</sup>.

Enfim, em um orquestrado golpe os militares no dia 1º de abril de 1964 assumem o governo e deporta o então presidente da República João Goulart, acusando-o de ser adepto do comunismo. Logo, a tomada do poder pelos golpistas se justificava na defesa do país contra o comunismo e na restauração da democracia.

Com o golpe de 1964, o país passará a viver sob a supremacia militar, que será marcada por cassações de mandatos de parlamentares e de governadores que tivesse qualquer ligação com as ideologias políticas de Goulart ou fossem contrárias ao regime.

Sabedores que o governador João de Seixas Dória era um grande defensor das reformas de bases de Goulart, não demorou, para que os militares intervissem no Estado de Sergipe. Na noite de 31 de março de 1964, já se ouvia rumores que as tropas do Exército estavam circulando a cidade de Aracaju.

De acordo com o historiador Ibarê Dantas, na manhã do dia primeiro de abril, as grandes maiores casas comerciais permaneceram fechadas e numerosas pessoas correram à Praça Fausto Cardoso. Em meio à aglomeração humana, formada em frente ao Palácio do governo, o deputado federal Euvaldo Diniz (UDN) começou a discursar, mas logo foi preso, provocando perplexidades<sup>26</sup>.

Ainda de acordo com o autor, o parlamento tentou reagir, no entanto, foi sufocado pelo movimento. Em frente ao clube do trabalhador, também era detido o delegado regional do trabalho ao participar de passeata. A partir desses acontecimentos configurou-se uma nova

---

<sup>24</sup> idem

<sup>25</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 15-42.

<sup>26</sup> DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

fase política no cenário político aracajuano, onde os militares passaram a controlar a política, sociedade e a economia.

Começava a configurar-se uma nova fase política. Era a Tutela Militar marcada pela superposição do poder militar sobre o civil. O Estado de Direito passava a ser atropelado pela nascente ordem contra-revolucionária em Sergipe<sup>27</sup>.

O grupo conservador apoiava ação militar em Sergipe, enquanto os de esquerda temiam a mudança institucional. Todavia, as lideranças políticas e sindicais tentavam abortar o movimento, mas não conseguiram. Na madrugada do dia 02 de abril, os militares invadiram o Palácio, prenderam o governador Seixas Dória e o levaram preso para o quartel do Cabula em Salvador.

A partir de então a sociedade civil passou a viver sob um Estado Autoritário. Os militares começaram a perseguir e a prender todo aquele que defendia e apoiava as reformas de base de Goulart. Os militares acusavam de “subversivos” e “desordeiros”, desta forma, todos deviam ser presos e punidos em defesa da ordem.

A partir do dia 2 de abril intensificaram-se as prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial, marcada de arbitrariedades<sup>28</sup>.

A partir da historiografia sergipana pode-se compreender como se deu o processo de instauração do Estado Autoritário em Sergipe. No entanto, não conseguimos perceber a partir da análise desse contexto histórico as visões e sentimentos daqueles que viveram e participaram de tal momento na cidade de Aracaju/Sergipe.

Quais visões, experiências e memórias trazidas por aqueles que vivenciaram a ditadura civil-militar em Aracaju/ Sergipe? Como eles compreenderam esse momento sombrio da história do nosso país? Quais as marcas trazidas por aqueles que participaram desse período? Além dessas e outras perguntas que buscamos estudar nessa pesquisa, também buscamos analisar nesses depoimentos o cotidiano dessas pessoas e de suas famílias.

---

<sup>27</sup> DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>28</sup> Idem, p.2

A História e o Cotidiano possuem uma relação intrínseca, sendo assim “o estudo das formas de vida cotidiana faz parte da ciência histórica”. Desta forma, estudar o cotidiano desses estudantes é fazer uma “história social”. Na qual o historiador se depara com “detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas de lado, que, no entanto, nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz”<sup>29</sup>.

Para analisarmos o cotidiano do regime de 1964 na cidade de Aracaju foram realizadas quatro entrevistas temáticas com os alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI). Nas quais buscou-se compreender nos depoimentos desses sujeitos não somente o dia a dia do regime, mas também o cotidiano dessas pessoas.

Os resultados serão apresentados a partir de cada tema (família, educação, lazer e participação política) que foram indagados durante as entrevistas. A partir desses tópicos poderemos perceber a visão de cada um, assim também como cada um compreendeu o período do Regime de 1964 em Sergipe.

### **3.1- FAMÍLIA**

A família é um tema que tem sido bastante estudado pelos historiadores desde o século XX e que será analisado a partir do estudo das memórias de um indivíduo, para compreender as relações familiares em que esse sujeito está envolvido. Portanto, para conhecermos um pouco mais sobre as famílias que os alunos do NUPATI estavam inseridos, perguntamos como era o dia a dia dessas famílias, o número de pessoas que compunham essas famílias. Como também a rotina daqueles que trabalhavam nesses lares. E se os pais conversavam com os seus filhos sobre o regime militar que havia se instaurado no Estado de Sergipe.

O número de pessoas por família variaram muito, tendo entre 11(onze) a 4 (quatro) filhos, a menor tinha 4 (quatro) filhos e a maior tinha 11(onze). Segundo a aluna Marli de Melo Andrade, idade de 69 anos.

---

<sup>29</sup> PRIORE, Mary Del. **História do Cotidiano e da Vida Privada**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.



[...] Bem, a minha família era formada (...) nós éramos em nove filhos, meu pai e minha mãe, forma uma família de onze pessoas . Minha mãe era costureira e meu pai era vendedor ambulante, então ele passava a semana no interior e a minha mãe ficava aqui em Aracaju com os filhos. Éramos seis mulheres e três homens, e eu sou a mais velha<sup>30</sup>.

Em relação à renda de cada família e como viviam essas pessoas, isto é a condição social dessas famílias durante o governo militar. Os entrevistados não souberam responder o valor exato, entretanto, eles responderam que a renda era muito baixa e que tinham uma vida muito simples, pois geralmente a única pessoa que trabalhava nessas famílias era o pai, portanto a renda era muito baixa. De acordo com o aluno Hélio Evangelista dos Santos, 75 anos, funcionário público aposentado.

[...] Nós vivemos nessa época (pausa) como nós tínhamos a base econômica nessa época difícil, nós morávamos na periferia da capital, mas resistíamos todas as dificuldades, o aconchego da família, um ajudando o outro, até que chegamos cada um tomar conta de sua vida [...] Não tinha uma estatística, como era renda, por que era uma perseguição de cada dia você buscava o alimento daquele dia já o outro dia não sabíamos se ele estaria ao nosso alcance, então cada dia como se diz matávamos um leão por dia<sup>31</sup>.

Perguntamos também em que grupo social esses alunos se encaixariam: eram de classe média, trabalhadora ou elite? Todos os entrevistados se consideravam participantes da classe trabalhadora porque não tinham uma vida confortável, pelo contrário o dinheiro só dava para as despesas mínimas da casa. A condição era tão precária que alguns entrevistados moravam em casa muito simples sem nenhum saneamento básico. Segundo o aluno Antônio Alves Moura, 65 anos, Técnico em Eletrotécnica.

[...] É classe pobre, trabalhador mesmo porque, o salário do meu pai provavelmente era pouco, nós morávamos em vila, depois que fomos ter uma casa para morar, mesmo assim, de taipa, o ordinária era pouco, a renda era baixa<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Entrevista realizada pela autora, com a aluna Marli de Melo Andrade do NUPATI, em 08 de janeiro de 2015, na UFS.

<sup>31</sup> Entrevista realizada pela autora, com o aluno Hélio Evangelista dos Santos, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.

<sup>32</sup> Entrevista realizada pela autora, com o aluno Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

Naquela época nós estávamos na classe baixa a linha da pobreza, nós éramos trabalhadores braçal, meu pai era carpinteiro minha mãe era dona de casa eu não tinha uma profissão definida. Eu sei que trazia uma bagagem da minha aprendizagem de criança da base que era o primário, então esse primário, esse primário tinha um valor muito elevado pra nossa época, por que as pessoas que chegavam ao ginásio eram pessoas de classe média em diante, poderia chegar no ginásio<sup>33</sup>

Investigou-se também se os pais conversavam com os filhos sobre o novo regime e quais eram as suas impressões sobre este. Uns alunos nesse momento estavam estudando outros responderam que estavam trabalhando como podemos ver a partir da entrevista do aluno Antônio Alves Moura.

[...] O que eu fazia na época era estudar e quando ela arrebentou a revolução, como eu já falei eu era aluno e estava em greve eu tive que deixar os bancos da escola por que se eu chegasse, o Exército chegasse ia me prender. Eu com medo tive que me afastar da escola [...] O meu pai ele nunca falou do serviço militar, da revolução ou da ditadura, porque, eu já vivia uma ditadura, vivia a ditadura por que na época que ingressei na Escola Industrial Federal de Aracaju, nós tínhamos café da manhã, o almoço e tínhamos duas merendas e nessa época quem era o diretor da Escola Industrial Federal de Aracaju era o engenheiro Moacir. E o engenheiro Moacir começou a desviar as verbas da nossa alimentação e da farda da escola para escola Técnica Federal de Sergipe, nessa época eu comecei fazer greve, porque eu era aluno e era representante de turma, nós começamos a fazer greve, nesse período foi chamado a polícia e a polícia disse que não resolvia, por que, era um órgão federal e quem tinha que resolver era o Exército. E quando o Exército chegou já foi procurando abrir as portas da própria Escola Industrial de Aracaju<sup>34</sup>.

Observou-se a partir dos depoimentos que as famílias dos entrevistados não falavam sobre o regime com os filhos e nem comentavam nenhum assunto relacionado ao governo autoritário. Estes tinham mais contato com esses assuntos quando conversavam com amigos, colegas ou quando passaram a sofrer algum tipo de repressão por parte dos militares.

### **3.2- EDUCAÇÃO**

Durante o regime militar tanto as universidades como as escolas públicas passaram a ser controladas pelos militares. Os quais defendiam que esses lugares poderiam ser focos de

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada pela autora, com o aluno Hélio Evangelista dos Santos, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.

<sup>34</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

disseminação de ideias subversivas. Logo, não demorou, para que o regime criasse medidas para controlar a educação. Por exemplo, nas escolas públicas foi criado o ensino de educação moral e cívica que tornou-se obrigatório em todos os níveis escolares.

Enquanto para o ensino médio criou-se a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Conforme o historiador P. Sá Motta, “o ensino de tais valores nas escolas poderia servir de propaganda indireta do regime militar, que se apresentava exatamente como defensor da pátria e da moral, e opositor da subversão<sup>35</sup>”.

As escolas e as universidades passaram a viver sob a mira da repressão dos atos institucionais (AI). Sobretudo, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que passou a punir e perseguir todos aqueles que fossem considerados subversivos pela ordem. Ainda de acordo com Rodrigo Motta com a edição do AI-5, os órgãos de repressão passaram a expurgar estudantes, professores, pesquisadores e opositores.

Deste modo, buscamos investigar como se deu as ações do regime militar nas escolas de Aracaju, para isso procuramos nas entrevistas compreender o dia a dia desses alunos na suas respectivas escolas, como também analisar atuação deles dentro das escolas. Compreender também a posição dos professores em relação ao regime. Investigamos também se existiam movimentos opositores ou favoráveis ao governo autoritário.

De acordo com os entrevistados os militares agiam nas escolas, tanto como para espionar professor e como os alunos, assim, como também para conter uma possível manifestação contra o governo. Esses agiam tanto no controle da escola como dentro da sala de aula. Por isso, poucos professores ousavam a falar na sala de aula contra o regime, pois sabiam que estavam sendo vigiados o tempo todo. De acordo com o aluno Antônio Alves Moura.

[...] Bem, os militares como eles eram olheiros da própria nação, quando ele encontrava que as pessoas estavam falando mal do governo, eles simplesmente comunicava ao seu superior e no outro dia a pessoa ia preso. Por isso, que a repressão começava aí dentro da própria escola. Você não podia conversar ou conversa sobre o assunto da aula. Lá em cima da sala de aula, o professor ia dá aula dele numa boa e saía. Não tinha problema nenhum. Se fizesse algum comentário podia entrar na repressão [...] a polícia federal estava lá dentro [escola]. Até um livro vermelho que você passasse na rua poderia ser preso. Fora da escola nas ruas de Aracaju encontrávamos soldados do Exército a paisana em certos

---

<sup>35</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

pontos, para verificar, tá olhando as pessoas. Eram vigiados constantemente, só não à noite porque iam dormir. O restante pelo dia todo mundo era vigiado<sup>36</sup>.

Ao perguntar se os professores falavam com os alunos sobre a ditadura civil-militar, os mesmos responderam que não, visto que era proibido qualquer pronunciamento a respeito do regime. Portanto, aqueles que fossem flagrados falando alguma coisa sobre os militares seriam imediatamente punidos ou até mesmo expulsos da escola. Conforme apresenta o aluno Hélio Evangelista dos Santos.

Os professores e os colegas como eram todos militares a nossa conversa era nós evitávamos o máximo falar sobre o regime, evitávamos o máximo por que qualquer palavra que não fosse de acordo poderia trazer consequências, quando nós fomos pra a civil que no caso era a Escola Técnica do Comercio, nós tínhamos os professores todos civis e lá não tinha militarismo eu frequentava a escola, eu era militar, mas sempre estava em trajes civil e frequentava a sala de aula como um civil. Nesse período, por que no período militar não se comunicava muito sobre o regime, porque existia muito essa coisa de não querer se comprometer, ninguém queria se comprometer, qualquer palavra, qualquer frase, qualquer comprometimento nesse momento poderia se demandar uma consequência desagradável, então só se comentava as coisas dentro da sala de aula que englobasse o assunto das aulas, algumas coisas particulares menos as coisas do regime os comentários a respeito do regime era evitado o máximo<sup>37</sup>.

[...] Como era um negócio muito sigiloso quase não se comentava [...] nós tínhamos um padre, certo? Famoso, o nome dele até hoje é muito famoso aqui em Aracaju e o nome dele foi criado até um conjunto chamado Padre Pedro [...] Ele era professor naquela época tinha aula de religião e ele era exatamente professor de religião do Atheneu, exatamente nessas aulas ele falava alguma coisa, entendeu? Que os alunos tivessem cuidado, procurasse saber com quem andava e falava que estava tendo um movimento coisa assim ligada ao comunismo, muita gente estava sendo preso, torturado era exatamente nisso que a gente ficava meio cabreiro, com medo de se expressar de comunicar<sup>38</sup>.

Observou-se também se nessas escolas houveram casos de prisão ou perseguição contra alunos, professores e funcionários. Os entrevistados responderam que sim, que existiam militares nas escolas, assim como nas salas de aula. Porém, quando não ficavam em sala de aula é porque estavam observando toda movimentação da escola, para que não

---

<sup>36</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

<sup>37</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Hélio Evangelista dos Santos, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.

<sup>38</sup> Entrevista realizada pela autora, com o João Carlos Ribeiro da Silva, em 10 de novembro de 2014, na Universidade Federal de Sergipe, 2014.

houvesse nenhuma manifestação contrária ao governo. Vejamos o que dizem os alunos Antônio Alves Moura e o aluno Hélio Evangelista dos Santos.

Bem, os militares como eles eram olheiros da própria nação, quando eles encontravam que as pessoas estavam falando mal do governo, eles simplesmente comunicava ao seu superior e no outro dia a pessoa ia preso. Por isso, que a repressão começava aí dentro da própria escola. Você não podia conversar ou conversa o assunto da aula. Lá em cima da sala de aula, o professor ia dá aula dele numa boa e saia. Não tinha problema nenhum. Se fizesse algum comentário ia entrar na repressão<sup>39</sup>.

[...] Prisão de alguns estudantes, o exército prendia alguns estudantes pra interrogatórios e repressão mesmo de comunicação com a imprensa, aconteceu. É... eu posso dizer assim a prisão de um cidadão que era senador na época era um cidadão empresário Albino Silva da Fonseca, ele foi preso dentro da sua residência, outros foram presos e levados para serem interrogados como foi o caso de Wellington Manguera que é um advogado conhecido aqui na nossa vivência e ele chegou a ser Secretário de Segurança Pública no governo depois passado o período militar. O próprio governador hoje Jackson Barreto foi uns dos que foi cerceado aqui na própria Universidade eu cheguei, a saber, em uma das palestras que participei aqui que depois de Jackson Barreto estar já concluída a sua graduação todo seu período de estudo só faltando receber o diploma foi questionado a entrega do seu diploma sendo necessária a intervenção de pessoas influentes para que ele recebesse o diploma. Outro também questionado e que foi interrogado foi o próprio governador Marcelo Déda, o nosso governador falecido, essas pessoas ficaram muito próxima quando eu era militar [...]<sup>40</sup>.

Depois os entrevistados falaram como viam a educação no período da ditadura civil-militar e como eles veem hoje a educação, principalmente em relação a essa oportunidade de estudar na UFS através do NUPATI. Todos foram enfáticos a afirmar que no período do regime militar nunca tiveram oportunidade de cursar um ensino superior, visto que, só quem tinha acesso a Universidade eram os filhos da classe média e da elite. Os filhos de trabalhadores no máximo cursavam os cursos técnicos para trabalhar no mercado, afirma o aluno Antônio Alves Moura.

A educação evoluiu não vou dizer 100%, evoluiu 1000%, por que, naquela época o aluno vou dizer o brasileira. O brasileiro só tinha é condição de estudar até o ginásio, quando eles tirava o 2º grau, se fosse um filho de uma

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

<sup>40</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Hélio Evangelista dos Santos, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.

pessoa que tivesse o poder aquisitivo melhor. Por que, pobre não tirava o 2º grau, ia logo pro trabalho. Trabalhar na fábrica Confiança, trabalhar no comércio e assim sucessivamente. Agora o filho das pessoas mais remuneradas, ia pro colégio estadual ou particular que o pai podia pagar e seguia até chegar a Universidade. Mas hoje! Hoje o negócio está bem melhor com o nosso Enem. A pessoa rico, pobre, preto, tudo tem acesso à universidade, mas naquela época não tinha acesso a universidade e o pior não é nada é que chegava ao nosso conhecimento [...] que o Exército também trabalhava pesado lá dentro, agora no ensino universitário foi onde houve mais prisões<sup>41</sup>.

A partir da fala do entrevistado pode-se concluir que ocorreram grandes avanços na área da educação, comparando-se ao período do regime militar, no qual esses alunos nunca teriam a oportunidade de estudar na Universidade Federal de Sergipe, visto que, quem ocupava as cadeiras da universidade eram filhos da elite.

### **3.3-LAZER**

Nesse tópico procurou-se conhecer alguns aspectos relacionados à cultura e o lazer durante o período do regime militar, a saber: quais os cinemas e bailes existiam em Aracaju/SE e se esses alunos tinham acesso a esses locais. Como também quais os programas e rádios que eles gostavam de ver e ouvir. E por último quais os livros que eles liam ou podiam ter acesso.

Nas respostas observou-se que poucos alunos tinham acesso ao cinema, pois para entrar no cinema era muito caro, portanto eles não tinham dinheiro para frequentar os cinemas nem tão pouco baile. Mas, isso não era um problema, para que eles pudessem se divertir em Aracaju, pois existia o encontro natalino na Praça da Catedral em que todos se encontravam para celebrar.

Cinema tinha uma coisa que não sei se chegou ao seu conhecimento, pra ir ao cinema eu tinha que fazer uma coisa... não vai denegrir a minha imagem...eu tinha que fazer carregamento ou engraxar sapatos ou então comprar gibes. Naquele tempo chamava gibes pra trocar na porta do cinema, aí é que entrava. Os cinemas que tinha em Aracaju naquela época... Tínhamos o Guarani, o Vitória, o Santo Antônio, o Palace e tinha um na Rua de João Pessoa, esqueci agora o nome e tinha dois no Siqueira Campos, que era o

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

Bonfim e Vera Cruz. Esses eram os cinemas que existia aqui em Aracaju. Pra ir pra esses cinemas, você sabe o ingresso era um pouco alto... Você tinha que fazer alguma coisa... Era trocava revistas, quantos é toma! Então pegava ou então vendia e pra ir pro baile... Você já sabia pra ir pro baile com uma roupa ruim e por que não tinha dinheiro (riso). Hoje não, uma roupa rasgada está na moda. Naquele tempo não, você tinha que usar um linho, era uma calça boa, depois que veio essa calça brim, camisa voltim. Naquela época agente não calçava sandálias havaianas era tamanco. Se tinha uma calçada de paralelepípedo, calçada normal, quem tava no final da rua já dizia: fulano vem alí (risos) já conhecia [...] O lugar que a pobreza frequentava mais era Natal ou São João. Porque o Natal era realizado no fundo da Catedral; Quando chegava no fundo da Catedral todos os pobres podia, porque era uma festa aberta, funcionava até meia noite. Quando era meia noite encerrava, porque era a missa do Galo. Terminava. Ali na redondeza você comprava a pamonha, você comprava o bolo, aquele negócio todinho... e a roupa ninguém olhava, porque era Natal, mas tinha que usar nem que seja um negócio novo. O restante era tudo normal (risos) <sup>42</sup>.

Portanto pode-se perceber que esses alunos por serem de famílias comuns, sem muitos recursos financeiros não frequentavam esses espaços. Entretanto, a classe média de acordo com os entrevistados era as que mais tinham acesso a esses locais. Contudo, a falta de dinheiro não tirava a alegria dessas famílias e nem o prazer desses alunos de participarem dos festejos públicos os quais reuniam toda a população.

### **3.4-PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Nesse último tópico das entrevistas buscamos compreender como esses entrevistados tiveram o conhecimento do golpe militar de 1964 e como foi à repercussão do mesmo em Sergipe. Também se eles tiveram o conhecimento do motivo da prisão do então governador João Seixas Dória. Procuramos também investigar a repercussão do ato institucional nº 5 (AI-5) em Aracaju/Se.

Demorou, porque naquela época nós não tínhamos televisão, não se tinha televisão em 64. Televisão foi chegar aqui pra gente em 1970 pra 72. Nessa

---

<sup>42</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

faixa daí. Não tinha. Quer dizer quando foi chegar foi naquele rádio, escutando a rádio globo e outras emissoras que davam a notícia. Tinha aqui um... A Rádio Liberdade como frisei, tinha um rapaz chamado Silva Lima; tinha o Informativo Cizano, aí ele comunicando a população o auê da revolução. Quando arrebentou não veio de imediato, ela veio em partes. Primeira parte, com a saída de João Goulart... De Janio, já ficou todo mundo cabreiro e a segunda com a saída de João Goulart. Daí pronto, com isso aí foi que rebentou. Rebentou já foi o país nas mãos dos militares<sup>43</sup>.

Dos entrevistados somente dois tiveram essas informações, visto que participaram como militares durante o regime, entretanto os demais demonstraram falta de informações sobre o que estava acontecendo no cenário político do país e do Estado. Estes não tiveram o conhecimento nem do AI-5.

Olha, aqui em Sergipe mesmo o que chegou em meu conhecimento era que João Seixas Dória era o grande orador ele também participava de alguns comícios fora e era o que redigia algumas coisas para o próprio João Goulart, alguns comícios ele redigia e como ele saiu daqui de Aracaju e foi para o comício no Rio de Janeiro dando apoio ao presidente João Goulart. No retorno ele já sabia que ia ser preso, segundo informações. Mas se ele quisesse retornar ou ir para qualquer exílio por aí, ele tinha voltado, ele estava no avião. Ninguém ia derrubar mais, mas ele preferiu vir, ser preso em Aracaju. Essa foi a informação que chegou. Mas manifestação não teve manifestação nenhuma, ninguém se manifestou, não teve manifestação, quebra- quebra nada disso, quem é que vai pra frente do fuzil (risos) [...] pra mim que ficou mais marcado nessa revolução foi quando cheguei na Rua de João Pessoa e encontrei as barricadas do Exército, com canhões apontando para frente do Palácio do Governo, quando foi preso o nosso Governador de Sergipe João Seixas Dória<sup>44</sup>.

[...] Em 64 eu comecei a trabalhar na livraria Regina, na época da revolução, quando estourou a revolução [...] Chega! Chega! Abaixa as portas, que o pau está quebrando na frente do Palácio e ai fechou a livraria nós saímos depois que passou aquele tumulto pela Rua João Pessoa, polícia a cavalo quebrando o pau. Quando passou o tumulto nós saímos e fomos pra praça pra frente do Palácio ai começou as manifestações [...] muita gente foi presa, muita gente apanhou, porque eles diziam que era comunista<sup>45</sup>.

Os alunos entrevistados que estiveram de alguma forma envolvidos com o regime conseguiram falar sobre a repercussão do ato Institucional nº 5 no Estado, destacando, principalmente, que essas ações foram mais contra alunos e professores da UFS. Quando foi perguntado se estes tinham sofrido algum tipo de tortura todos responderam que não. Entretanto, os

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

<sup>44</sup> Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.

<sup>45</sup> Entrevista realizada pela autora, com a Marli de Melo Andrade, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.



alunos que não tiveram nenhuma ligação com os militares, demonstraram total desconhecimento sobre o ato institucional nº 5.

#### **IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das entrevistas dos alunos do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade conseguiram compreender como passou a ser o cotidiano de alguns cidadãos idosos a partir do golpe de 1964. Como também, analisaram-se as memórias daqueles que vivenciaram o governo autoritário.

Captou-se o olhar de pessoas que aparentemente seriam personagens comuns sem muita importância para o estudo histórico, mas que nesse estudo foram de suma importância para compreendermos o contexto do golpe de 1964 em Sergipe. Sujeitos que saíram do anonimato para serem protagonista da história. Testemunhos que serviram como fontes históricas para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

Nesta pesquisa teve-se a oportunidade de relatar a vivência de pessoas que tiveram suas vidas mudadas com a implantação do regime, pois, assim como muitos brasileiros tiveram seus direitos tirados. Tiveram que viver conforme as diretrizes do regime, por que tinham medo de também serem presas ou consideradas subversivas.

Durante as entrevistas ficou claro que muitos desses idosos não souberam ao certo o que estava acontecendo no país e nem porque muitas pessoas estavam sendo presas acusadas de comunista. Muitos desconheciam até mesmo o que era o comunismo, mas foram ensinadas até mesmo nas escolas que ser comunista era do mal, portanto, deviam ter cuidado com o comunismo.

Ao certo esses alunos só tiveram o conhecimento do golpe que esse se instalou na própria cidade. Quando foi dado o golpe pelos militares esses entrevistados nem souberam, vieram saber bem depois, alguns só quando a chamada “revolução” chegou a Aracaju para prender os considerados comunistas. Já os que apoiaram o regime, justificaram o seu apoio por acreditarem na ideologia do combate contra o comunismo, propagada pelos golpistas.

Contudo, hoje acreditam que não passou de um golpe e não revolução como os militares falavam para sociedade.

Analisou-se que as memórias dos que participaram do regime estão muito relacionadas à repressão e a tortura. Enquanto, as memórias dos que não tiveram nenhum envolvimento com o regime estavam mais relacionadas às experiências familiares, escolar, trabalho, namoro.

Nas perguntas relacionadas a prática de tortura pelos militares, os alunos que tiveram envolvimento com o regime silenciaram as respostas, preferiram calar, pois tiveram medo de que fossem acusados por algumas dessas pessoas. O historiador sergipano ao trabalhar com as fontes orais sobre o período da repressão em Sergipe se confrontará com o medo e o silêncio de muitos, que insistem em esconder o que na verdade aconteceu nos quartéis.

Todavia nessa pesquisa buscou-se contribuir nesse debate historiográfico, principalmente dos 50 anos do golpe militar. A partir dos testemunhos daqueles que viveram e participaram desse momento. Este trabalho é de suma importância, pois contribuiu para que se conhecesse o cotidiano de pessoas comuns que vivenciaram a ditadura e por permitir que se estudasse o cotidiano do regime de 1964 na cidade de Aracaju/SE.

## V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A- FONTES

#### **Entrevistas realizadas pela autora:**

- 1- Entrevista realizada pela autora, com o Antônio Alves Moura, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.
- 2- Entrevista realizada pela autora, com o Hélio Evangelista dos Santos, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.
- 3- Entrevista realizada pela autora, com o João Carlos Ribeiro da Silva, em 10 de novembro de 2014, na UFS, 2014.
- 4- Entrevista realizada pela autora, com a Marli de Melo Andrade, em 08 de janeiro de 2015, na UFS, 2015.

### B – BIBLIOGRAFIA

LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, Rememoração em Maurice Halbwachs. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2014.

AARÃO REIS, Daniel. “**Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória**” In: **1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e Resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj/ Companhia das letras, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula & Fernandes, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, Cláudia M. R. & DELGADO, Lucília de A. Neves (org). **História Oral: Teoria, Educação e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF/CAPES, 2006, pp13-32.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 15-42.

BARBOSA, Marcelo José Cavalcante. Relatório Técnico de Estágio Supervisionado em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe, 2011.

CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica in *Fragmenta*. Aracaju: UNIT, 2005.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DÓRIA, Séixas. **Eu, réu sem crime**. Sergipe: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2007.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_, **História e ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de historiador-etnográfico. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>. Acesso 26 de nov. de 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Cap.1, p.15- 42.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1964 ao golpe civil-militar de 1964**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, Gaspar José. Relatório de Estágio Supervisionado I e II-UNATISE/NUPATI.UFS, 2005.

GASPARINI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. Ltda. 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POLLAK, M. “**Memória, Esquecimento, Silêncio**”. *Estudos Históricos*, 2 (3), 1989.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?**. Rio Grande do Sul: L& PM Editores, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002). Acesso 26 de nov. 2014.